

A Fronteira Meridional do Império do Brasil: Segurança, Ameaça e Política Externa no Século XIX (1850-1889)

*The Southern Border of the Brazilian Empire:
Security, Threat, and Foreign Policy in the 19th
Century (1850-1889)*

*La Frontera Meridional del Imperio del Brasil:
Seguridad, Amenaza y Política Exterior en el
Siglo XIX (1850-1889)*

Daniel Rei Coronato¹

 [0000-0001-7129-1077](https://orcid.org/0000-0001-7129-1077)

Resumo: A fronteira meridional do Império do Brasil foi um espaço onde a segurança e a soberania foram constantemente negociadas e justificadas por meio da construção discursiva da ameaça. A política externa imperial utilizou a retórica da instabilidade para legitimar intervenções militares e diplomáticas na Bacia do Prata, consolidando a presença brasileira na região. A pesquisa adota uma abordagem interdisciplinar, combinando análise documental e conceitos da História das Relações Internacionais e da Segurança Internacional para compreender a interação entre discurso e poder na política externa imperial.

Palavras-chave: Brasil Império. Fronteira Meridional. Segurança. Construção da Ameaça. Política Externa.

Abstract: The southern border of the Brazilian Empire was a space where security and sovereignty were constantly negotiated and justified through the discursive construction of threat. Imperial foreign policy used the rhetoric of instability to legitimize military and diplomatic interventions in the Río de la Plata region, consolidating Brazil's presence. The research adopts an interdisciplinary approach, combining documentary analysis with concepts from International Relations History and International Security Studies to understand the interaction between discourse and power in imperial foreign policy.

Keywords: Brazilian Empire. Southern Border. Security. Threat Construction. Foreign Policy.

Resumen: La frontera meridional del Imperio del Brasil fue un espacio donde la seguridad y la soberanía fueron constantemente negociadas y justificadas mediante la construcción discursiva de la amenaza. La política exterior imperial utilizó la retórica de la inestabilidad para legitimar intervenciones militares y diplomáticas en la Cuenca del Plata, consolidando la presencia brasileña en la región. La investigación adopta un enfoque interdisciplinario, combinando análisis documental con conceptos de la Historia de las Relaciones Internacionales y de los Estudios de Seguridad Internacional para comprender la interacción entre discurso y poder en la política exterior imperial.

Palabras-clave: Imperio del Brasil. Frontera Meridional. Seguridad. Construcción de la Amenaza. Política Exterior.

¹ Doutor em Relações Internacionais - Programa Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP). Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Lattes: [5233451433252664](https://lattes.cnpq.br/5233451433252664) - E-mail: daniel_coronato@hotmail.com.



Introdução

A relação entre fronteira e segurança tem sido amplamente debatida tanto nos estudos de Segurança Internacional quanto na História das Relações Internacionais. No caso do Brasil imperial, a fronteira meridional não era apenas uma demarcação geográfica, mas um espaço de disputa, negociação e construção da soberania. A instabilidade na região platina, caracterizada por disputas entre facções políticas no Uruguai e Argentina, conflitos de interesse entre elites locais e o governo imperial e a presença de potências estrangeiras, fez com que o Império do Brasil desenvolvesse uma estratégia de segurança que integrava mecanismos de dissuasão militar, diplomacia ativa e intervenções diretas (Doratioto, 2002; Cervo, 2008; Coronato, 2020). Nesse sentido, a fronteira não apenas representava um fator de ameaça, mas também um elemento central da formação do Estado e da política externa brasileira no século XIX.

A relação entre segurança e fronteira tem ocupado lugar central tanto nos Estudos de Segurança Internacional quanto na História das Relações Internacionais. No caso do Império do Brasil, essa articulação ganha contornos próprios: a fronteira meridional não era apenas uma linha de delimitação geográfica, mas um espaço de constante negociação de soberania, onde se projetavam tanto ameaças externas quanto tensões internas.

A chamada Escola de Copenhagen, especialmente através dos trabalhos de Barry Buzan (2012) e Buzan, Wæver & Wilde (1998), contribui para uma compreensão ampliada da segurança como um processo discursivo, que extrapola o campo exclusivamente militar e incorpora dimensões políticas, sociais e econômicas. A segurança, nessa abordagem, deixa de ser apenas reação a riscos objetivos e passa a ser entendida como construção intersubjetiva — um ato de nomeação de algo como ameaça, que autoriza respostas excepcionais. Como aponta Hector Saint-Pierre (2011), a segurança opera tanto como justificativa para ações de Estado quanto como um dispositivo ideológico que estrutura o campo político.

No Brasil imperial, a fronteira sul se inseria nessa lógica, pois não representava apenas uma vulnerabilidade territorial, mas também um desafio à estabilidade política interna, devido à influência de elites provinciais, e à segurança econômica, uma vez que os conflitos na região do Prata afetavam diretamente o setor agropecuário e as redes comerciais do Império (Bethell, 1995; Doratioto, 2002). Charles Tilly (1992) argumenta que a



consolidação dos Estados modernos esteve historicamente ligada à capacidade de organizar e monopolizar os mecanismos de coerção e capital, isto é, o uso da força e a arrecadação de recursos. No Brasil imperial, a fronteira meridional seria então um espaço de teste para essa consolidação, pois exigiu do governo imperial uma articulação constante entre poder central e elites regionais, além de um fortalecimento do aparato militar e diplomático para garantir sua hegemonia na região (Costa, 1996).

Além disso, a perspectiva defendida por David Lake & Patrick Morgan (1997), sugere que a segurança de um Estado deve ser entendida dentro de um contexto regional, onde as ameaças não surgem de forma isolada, mas como parte de um sistema dinâmico de interações. Aplicando essa abordagem à fronteira meridional do Brasil, a insegurança não era um fenômeno unilateral, mas sim parte de uma lógica transfronteiriça, envolvendo atores estatais e não estatais, como caudilhos, milícias e potências estrangeiras (Saint-Pierre, 2011). O envolvimento brasileiro em crises no Uruguai e Argentina não pode ser visto apenas como uma decisão autônoma do Império, mas como uma resposta a um ambiente de insegurança regional, onde a estabilidade da região platina era percebida como vital para a segurança e projeção de poder do Brasil (Cervo, 2008).

A História das Relações Internacionais, entendida aqui como o estudo das dinâmicas políticas, econômicas e sociais que moldaram o sistema internacional ao longo do tempo, torna-se uma dimensão fundamental para analisar tanto as continuidades quanto as rupturas nas interações entre Estados e outros atores globais, fornecendo ferramentas para entender como a formação do Estado e a construção da política externa estavam interligadas. A abordagem da História das Relações Internacionais também permite evitar o erro apontado por John M. Hobson & George Lawson (2008), que destacam como grande parte da teoria internacional sofre de “cronofetichismo” e “tempocentrismo”, ou seja, uma visão limitada que trata o presente como isolado da história ou como repetição de padrões imutáveis.

Essa abordagem contribui para problematizar a tendência das Relações Internacionais a tratar o Estado como uma entidade estanque, desconectada dos processos históricos que moldam sua formação e atuação. O “cronofetichismo” – e a sua fetichização de recortes temporais – obscurece a continuidade e a transformação dos sistemas internacionais ao longo do tempo. Essa crítica é fundamental para compreender o caso brasileiro, em que a política de



fronteira não pode ser vista como mero reflexo de lógicas contemporâneas de soberania, mas como construção histórica, marcada por práticas locais e negociações dinâmicas de poder.

Ademais, as fronteiras não são devem ser entendidas como meras barreiras territoriais ou culturais que isolam identidades homogêneas; ao contrário, constituem espaços relacionais dinâmicos, caracterizados por processos contínuos de interação, negociação e adaptação. Concepções como as de Fredrik Barth (1997) rompem com a noção tradicional de limites rígidos entre grupos sociais. Esses espaços de fronteira seriam então estruturados por redes sociais que transcendem a separação formal entre grupos, envolvendo práticas como o compadrio, o parentesco fictício e outras formas de alianças estratégicas que asseguram a circulação de pessoas, bens e símbolos através dos limites identitários. A fronteira, nesse sentido, é menos um obstáculo e mais uma zona de interpenetração, onde os atores sociais constroem vínculos, mesmo enquanto reafirmam diferenças culturais para fins políticos ou simbólicos.

Nesse sentido, a dialética entre o endógeno e o exógeno argumenta que a identidade de grupo não é definida pela essência cultural interna, mas pela forma como as diferenças são continuamente negociadas nas fronteiras sociais. Essa negociação torna as fronteiras porosas e instáveis, configurando uma dinâmica em que categorias sociais são construídas mais pelas relações que estabelecem com ‘o outro’ do que por uma substância cultural imutável.

Aplicado ao contexto da fronteira meridional do Império do Brasil, esse modelo teórico permite compreender a região não apenas como um espaço de disputa militar e diplomática, mas também como um território vivo de trocas econômicas, alianças políticas locais e circulação de populações, em que redes de estancieiros, caudilhos e comerciantes criavam conexões que frequentemente desafiavam a autoridade formal do Estado. Assim, a análise da fronteira deve considerar não apenas os discursos oficiais de ameaça e segurança, mas também essas práticas cotidianas de sociabilidade e negociação que estruturavam o espaço fronteiriço.

Dessa forma, repensar a fronteira sul a partir desses aportes permite deslocar o foco da análise exclusivamente securitária para uma perspectiva mais complexa e fluida, na qual a ameaça, embora relevante, coexistia com práticas de convivência, negociação e acomodação entre diferentes atores. Tal abordagem possibilita uma compreensão mais rica do papel da fronteira na construção do Estado imperial brasileiro, evidenciando que o espaço fronteiriço



era simultaneamente fonte de instabilidade e arena de articulações políticas e econômicas vitais para a consolidação do Império.

Essa aproximação entre a História e as abordagens de Relações Internacionais (RI) tem sido marcada por tensões metodológicas e epistemológicas, refletidas na divisão entre abordagens que enfatizam a especificidade histórica dos eventos e aquelas que buscam padrões recorrentes no sistema internacional (Lawson, 2012). Enquanto historiadores frequentemente criticam os internacionalistas por utilizarem o passado de maneira instrumental, muitas vezes ignorando as nuances dos contextos históricos, os estudiosos de RI acusam os historiadores de negligenciarem a construção teórica e a aplicabilidade generalizável de suas análises. Essa divisão, que Lawson (2012) chama de “divisão eterna”, reflete uma desconexão entre a empiria detalhada da História e a busca por modelos explicativos universais em RI.

No entanto, a Segurança Internacional emerge como um ponto de convergência entre as duas disciplinas, pois sua análise exige tanto um entendimento histórico das ameaças e desafios enfrentados pelos Estados quanto uma estrutura teórica capaz de explicar a lógica das práticas securitárias ao longo do tempo. Dessa forma, ao incorporar a segurança como eixo analítico, é possível construir uma abordagem mais integrada entre História e Relações Internacionais, superando a dicotomia entre particularismo histórico e generalizações teóricas.

A convergência entre Segurança Internacional e História das RIs permitiria, assim, uma interpretação mais ampla da fronteira meridional não apenas como um limite territorial, mas como um espaço de construção da soberania nacional e de projeção geopolítica do Brasil imperial. A perspectiva de Segurança Internacional nos permitiria então compreender essa região como um espaço de ameaça latente e discursiva, onde a instabilidade política do Uruguai e da Argentina interagiu com os interesses econômicos e estratégicos do Brasil.

A construção discursiva da ameaça foi um instrumento fundamental da política externa imperial. Em vez de um fenômeno objetivo, a ameaça era uma percepção subjetiva, moldada por interesses históricos, políticos e econômicos. Conforme aponta Saint-Pierre (2011), a segurança emerge não como resposta a riscos objetivos, mas como produto de narrativas que legitimam intervenções e reforçam estruturas de poder. No Império do Brasil, discursos sobre ameaças externas — principalmente provenientes da instabilidade no Prata —



articulavam-se à necessidade de vigilância interna, garantindo a estabilidade das províncias meridionais e a autoridade da monarquia. Assim, a ameaça servia simultaneamente como justificativa para ações no plano internacional e como instrumento de controle político interno.

A distinção entre “defesa” e “segurança” também se mostra fundamental para a compreensão das políticas de segurança. Enquanto a defesa se associa tradicionalmente à proteção contra ameaças externas, com um enfoque predominantemente militar, a segurança abrange uma dimensão mais ampla, incorporando aspectos políticos, sociais e econômicos. Assim, a segurança não deve ser reduzida a uma questão puramente estratégica, pois envolve variáveis internas e externas que interagem de maneira complexa (Buzan, 2012).

Ademais, a noção de ameaça tem sido historicamente utilizada para justificar determinadas agendas políticas, sendo mobilizada como argumento para legitimar medidas repressivas, estados de exceção e intervenções militares. Esse uso instrumental destaca a necessidade de uma reflexão mais aprofundada sobre os reais fatores que a originam, evitando a aceitação acrítica de discursos que possam mascarar interesses políticos e econômicos sob o pretexto da segurança.

O estudo da construção da ameaça ao longo de períodos históricos permite identificar continuidades e transformações que estruturam a percepção da insegurança nas sociedades. Para isso, abordagens teóricas como a história das ideias (Dosse, 2007), a história conceitual (Koselleck, 2006) e a sociologia histórica (Tilly, 1985; Mann, 1986) oferecem ferramentas analíticas para compreender como determinadas representações de ameaça são construídas, ressignificadas e persistem ao longo do tempo.

A ameaça, enquanto construção discursiva, deve ser analisada dentro de uma perspectiva de longa duração, considerando suas permanências e discontinuidades históricas, exigindo uma abordagem que vá além da conjuntura imediata, privilegiando estruturas institucionais e dinâmicas persistentes, como a centralização do poder estatal, o papel das elites políticas e os dispositivos de exclusão social. Instituições como a Repartição dos Negócios Estrangeiros e os gabinetes ministeriais, ainda que inseridos em diferentes contextos políticos, mantiveram funções análogas, ajustando-se às transformações do cenário nacional e internacional.



A adoção de uma perspectiva histórica ampliada evita interpretações puramente conjunturais e possibilita a identificação de padrões securitários que se reproduzem e se adaptam em distintos contextos. Além disso, contribui para a superação de análises anacrônicas, reconhecendo que os conceitos de ameaça e segurança são historicamente situados e devem ser examinados dentro dos marcos de seu tempo.

No Brasil imperial, esse processo pode ser observado na maneira como as elites do Rio Grande do Sul construíram e instrumentalizavam a percepção da fronteira como um fator de risco, influenciando diretamente a política externa do Império. A elite rio-grandense percebia a fronteira como um espaço duplo: uma oportunidade de expansão econômica e um foco de instabilidade. Os estancieiros, grandes proprietários de terras e comerciantes de gado, viam as tensões políticas no Uruguai como uma ameaça direta à estabilidade econômica regional. A política protecionista dos governos *brancos*, com a imposição de impostos sobre o comércio de charque e medidas de restrição à circulação de mão de obra escravizada, afetava os interesses diretos dos grandes produtores gaúchos, gerando pressões para uma resposta do governo imperial (Maestri, 2016). Contudo, mais do que uma simples questão econômica, a fronteira também representava um desafio político e securitário, pois os constantes conflitos no Prata tornavam o território permeável à ação de grupos armados autônomos, desertores, mercenários e redes de contrabando, minando a autoridade do governo central na província.

Essa percepção da fronteira como área de risco resultou em um duplo movimento estratégico, no qual o governo imperial precisava equilibrar sua soberania e controle sobre o Rio Grande do Sul ao mesmo tempo em que utilizava a província como um eixo para sua projeção de poder na Bacia do Prata. Dessa forma, o Império não apenas respondia às ameaças externas no Prata, mas também precisava gerenciar a competição interna com as elites regionais, que buscavam garantir autonomia em sua relação com o poder central (Coronato, 2020). Essa tensão interna foi amplificada pela própria estrutura de governança imperial, que nomeava presidentes de província, mas dependia da adesão das lideranças locais para garantir a estabilidade. Como aponta Doratioto (2002), as oligarquias rio-grandenses frequentemente utilizavam a retórica da insegurança para pressionar o governo a intervir militarmente na região.

No caso da fronteira sul do Brasil, a construção da dimensão de ameaça no ambiente platino permitiu que as elites gaúchas reforçassem seu poder de barganha com o governo



central, ao mesmo tempo em que impulsionavam uma política externa mais intervencionista na região. Dessa forma, a política externa do Império para a Bacia do Prata não pode ser vista apenas como uma estratégia de equilíbrio de poder, mas também como um mecanismo de controle interno, no qual a Corte precisava atender às demandas das elites regionais para evitar revoltas, garantir a fidelidade das províncias mais militarizadas e na construção do Estado nacional brasileiro, assim como seus mecanismos de capital e coerção.

A análise das relações entre Segurança Internacional e História nas Relações Internacionais impõe desafios conceituais e metodológicos, especialmente quando aplicada a contextos históricos distintos dos paradigmas contemporâneos dos Estudos de Segurança. O conceito de ameaça, amplamente utilizado na formulação das políticas externas atuais, precisa ser cuidadosamente transposto para o século XIX, levando em consideração as especificidades institucionais, políticas e discursivas da época. Este artigo adota uma abordagem exploratória, combinando análise documental e revisão bibliográfica para investigar como o Império do Brasil construiu narrativas de segurança na fronteira meridional e articulou discursos sobre ameaça e soberania em sua política externa.

Todavia, a adaptação de categorias analíticas contemporâneas a um período histórico exige um esforço de contextualização rigoroso para evitar leituras anacrônicas. Assim, ao examinar a interseção entre segurança e política externa na construção do Estado imperial brasileiro, este estudo busca demonstrar que as percepções de ameaça e os mecanismos discursivos foram centrais na definição da atuação diplomática e militar do Brasil no Prata.

No contexto do Império do Brasil, os discursos sobre segurança e ameaça eram produzidos principalmente por elites políticas, burocratas do Estado, intelectuais próximos ao poder e militares, sendo estruturados de forma a garantir a manutenção da ordem monárquica e da hierarquia social. A Constituição de 1824 estabelecia um regime monárquico constitucional, mas sem os princípios de uma democracia liberal no sentido moderno, o que exige um olhar que evite o anacronismo ao analisar suas dinâmicas políticas.

O Império não operava com os pressupostos de cidadania universal ou participação política ampla. O voto era censitário, e a centralização do poder no monarca, sobretudo por meio do Poder Moderador, conferia ao Imperador um papel essencial na articulação dos discursos de segurança e ordem (Carvalho, 2012; Mattos, 1987). Assim, a segurança não era pensada como uma garantia de direitos individuais, mas sim como um mecanismo de



estabilidade do regime, assegurando o funcionamento da economia escravista e a dominação das elites sobre a população livre e escravizada.

Diferentes grupos influenciaram esses discursos. A aristocracia rural via a segurança como a manutenção de seus privilégios e da ordem social, enquanto o clero e setores conservadores defendiam a monarquia como um bastião contra os riscos do republicanismo e da instabilidade política. O Exército, por sua vez, transitava entre o apoio à ordem imperial e a crescente insatisfação com a falta de reconhecimento político, culminando em sua participação ativa na Proclamação da República (Vianna, 2006; Mattos, 1987).

Os gabinetes ministeriais, por sua vez, eram fundamentais na operacionalização dessas diretrizes. Compostos por representantes das elites políticas e intelectuais do período, os gabinetes atuavam na definição de políticas internas e externas, coordenando esforços entre diferentes setores do governo. O Estado Imperial priorizava assim a manutenção da hierarquia, o controle das províncias e a repressão de revoltas populares. Dessa forma, compreender a segurança nesse contexto exige atenção às dinâmicas específicas da monarquia constitucional, sem projetar categorias contemporâneas de democracia e cidadania para interpretar um regime que operava sob uma lógica distinta.

Ademais, a Repartição dos Negócios Estrangeiros desempenhava um papel central na formulação e execução da política externa, sendo responsável por articular as relações internacionais e definir estratégias diplomáticas em resposta às ameaças percebidas. Esse órgão não apenas negociava tratados e resolvia disputas fronteiriças, mas também ajudava a estruturar discursos de segurança, reforçando a posição do Império no cenário internacional. Suas ações estavam diretamente ligadas à preservação da estabilidade interna, evitando interferências externas que pudessem comprometer a monarquia. Na prática, os gabinetes funcionavam como articuladores entre a Repartição dos Negócios Estrangeiros e as necessidades de segurança interna, garantindo que decisões sobre defesa e segurança fossem tomadas de maneira integrada.

A partir da década de 1850, o Estado imperial brasileiro passou por um processo de consolidação institucional que redefiniu as relações entre o governo central e as províncias, garantindo maior estabilidade política e administrativa ao regime monárquico. Como destaca Gabriela Nunes Ferreira (2006), essa fase foi marcada pelo fortalecimento das estruturas estatais, impulsionado pela superação das rebeliões provinciais e pela reorganização da



burocracia imperial. O Estado passou a atuar de forma mais sistemática na administração das províncias, promovendo uma centralização mais eficaz sem, no entanto, eliminar completamente a autonomia das elites locais. Esse aspecto é aprofundado por Miriam Dolhnikoff (2012), que argumenta que a consolidação do federalismo imperial foi um dos pilares desse processo. A monarquia conseguiu estabilizar sua autoridade por meio da construção de um pacto político que equilibrava centralização e autonomia provincial, permitindo a continuidade da influência das elites regionais enquanto garantia a unidade do Império.

José Murilo de Carvalho (2012) ressalta que essa reconfiguração política não significou apenas um reforço da presença estatal, mas também a consolidação da monarquia como um poder moderador entre as forças políticas e sociais do período. O fortalecimento da Guarda Nacional, a modernização da administração pública e a maior previsibilidade no funcionamento das instituições representativas foram alguns dos fatores que consolidaram a monarquia como um regime estável, especialmente quando comparado às repúblicas vizinhas, frequentemente assoladas por crises e guerras civis. No entanto, Carvalho observa que esse processo de estabilização não significou uma ampliação da participação política popular, mas sim o aperfeiçoamento de um modelo de governabilidade que mantinha o poder nas mãos de um seleto grupo de elites.

Ilmar Rohloff de Mattos (1987) aprofunda essa discussão ao analisar o papel do Partido Conservador e a construção do que denomina o “tempo saquarema”. Os conservadores foram capazes de implementar uma política de centralização eficaz, estruturando o Estado imperial em torno da administração racionalizada e do fortalecimento da monarquia como um símbolo de estabilidade. O pacto entre o governo imperial e as elites regionais consolidou uma estrutura estatal que garantia a unidade do Brasil, ao mesmo tempo em que assegurava a manutenção da ordem social escravista e a dominação política de grupos oligárquicos. Esse modelo de governabilidade, segundo Mattos, foi essencial para a longevidade da monarquia no Brasil, diferenciando-a das experiências republicanas instáveis que marcaram o restante da América Latina.

Dessa forma, o período posterior a 1850 representa um momento crucial na consolidação do Estado imperial, no qual a monarquia brasileira conseguiu estabelecer um modelo político relativamente estável, fundamentado na centralização administrativa, no



fortalecimento das instituições e na cooptação das elites provinciais. Esse processo, embora tenha garantido a continuidade do regime monárquico por mais algumas décadas, também manteve características excludentes, limitando a participação política e reforçando uma estrutura social desigual, sustentada pela escravidão e pelo domínio oligárquico sobre as províncias.

Este estudo adota uma abordagem interdisciplinar que combina História das Relações Internacionais e Segurança Internacional para analisar como a fronteira meridional do Império do Brasil foi construída discursivamente como um espaço de ameaça e instabilidade. A pesquisa se fundamenta na análise de fontes primárias, como os Relatórios da Repartição dos Negócios Estrangeiros (RRNE)² e as Falas do Trono³, que revelam a formulação de uma retórica oficial voltada para a justificativa de intervenções militares e diplomáticas na Bacia do Prata. Ao examinar o discurso presente nesses documentos, torna-se possível compreender como o governo imperial utilizava a linguagem da ameaça para consolidar sua influência política e militar na região, ao mesmo tempo em que reforçava a necessidade de vigilância interna e controle sobre as elites regionais do Rio Grande do Sul.

Além disso, a análise dos RRNE permite identificar como o Brasil posicionava sua política externa em um contexto de ordens regionais de segurança (Lake & Morgan, 1997), utilizando a ameaça como justificativa para consolidar sua hegemonia no Prata. Dessa forma, a metodologia adotada neste artigo busca integrar a análise documental e teórica para demonstrar como a fronteira meridional foi não apenas um palco de disputas políticas e militares, mas também um elemento central na construção da segurança imperial e na legitimação da política externa brasileira.

O Império do Brasil produziu múltiplas fontes de discurso político e diplomático, refletindo as diferentes esferas de poder que estruturavam suas decisões e ações. Documentos da Assembleia Geral, debates parlamentares, correspondências diplomáticas, relatórios

² Os Relatórios da Repartição dos Negócios Estrangeiros (RRNE) eram documentos oficiais elaborados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil, apresentando um balanço das ações diplomáticas e estratégicas do governo imperial. Publicados anualmente e submetidos à Assembleia Geral, esses relatórios detalhavam as relações do Brasil com outros países, destacando conflitos, tratados, negociações comerciais e medidas de segurança, especialmente na fronteira meridional.

³ As Falas do Trono eram discursos proferidos pelo Imperador do Brasil na abertura e encerramento da Assembleia Geral (1822-1889). Funcionavam como um meio oficial de comunicação entre o Executivo e o Legislativo, expondo as prioridades do governo imperial em política interna e externa. Os discursos reforçavam a imagem do imperador como símbolo de unidade e estabilidade, além de justificar decisões estratégicas, como intervenções militares e alianças diplomáticas, além de enunciar as principais percepções de ameaça.



administrativos das províncias e a imprensa oficial constituíam parte fundamental da construção da narrativa imperial sobre a segurança e a política externa. No entanto, a escolha dos Relatórios da Repartição dos Negócios Estrangeiros (RRNE) e das Falas do Trono como objetos centrais de análise justifica-se pelo fato de que ambos representam os canais mais diretos e institucionalizados da formulação da política externa imperial, sendo espaços prioritários para o discurso oficial.

Enquanto as Falas do Trono expressavam a visão oficial do monarca e sua justificativa para as grandes decisões do governo, os RRNE ofereciam um registro mais técnico e detalhado das ações e preocupações do Ministério dos Negócios Estrangeiros, evidenciando as estratégias adotadas na administração das relações internacionais e na construção da segurança da fronteira meridional. A combinação dessas duas fontes permite não apenas acessar a retórica do poder imperial, mas também compreender como essa retórica se traduzia em políticas concretas no cenário regional.

A Fronteira Meridional como espaço de Estratégia e Conflito

A fronteira meridional do Império do Brasil não era apenas um limite territorial, mas um espaço dinâmico que envolvia disputas políticas, rivalidades econômicas e projeção estratégica. Sua permeabilidade geográfica tornava a província do Rio Grande do Sul um ponto de interação constante entre atores estatais e não estatais, incluindo forças militares regulares, milícias locais, estancieiros, caudilhos e comerciantes. Como demonstra Doratioto (2002), a instabilidade na Bacia do Prata significava que a segurança da fronteira não poderia ser garantida apenas por meios diplomáticos, exigindo uma estratégia que combinasse coerção militar, alianças políticas e manobras econômicas.

A segurança na Bacia do Prata não era um fenômeno isolado, mas parte de um sistema de segurança regional dinâmico. Segundo Buzan & Lawson (2015), a transformação global do século XIX foi caracterizada pela interconectividade crescente entre os Estados, resultando em novas configurações de segurança regional, produto de uma grande reconfiguração da ordem internacional a partir da transformação global do século XIX, que moldou novas formas de exercício do poder e controle territorial. Esse foi um período de transformação estrutural na ordem internacional, no qual a consolidação do Estado moderno



se deu em meio a processos de industrialização, construção estatal racional e ideologias de progresso.

A relação entre Brasil, Uruguai e Argentina exemplifica esse fenômeno, no qual intervenções externas eram justificadas pela necessidade de garantir estabilidade interna e controle das redes comerciais estratégicas. Esse modelo híbrido de segurança não dependia apenas de sua capacidade de defesa do Estado, mas também de sua habilidade em moldar um ambiente geopolítico favorável. Isso significava uma política externa ativa e uma forte presença militar na região.

A formação do Estado moderno está diretamente ligada à capacidade de mobilizar recursos para defesa e administração territorial, sendo a coerção um dos pilares fundamentais desse processo. No caso brasileiro, essa coerção não era exercida apenas pelo Exército regular, mas também por redes de milícias locais e forças irregulares recrutadas entre os próprios estancieiros e suas clientelas políticas. O sistema de soldados-estancieiros, estabelecido ainda no século XVIII, garantia que a defesa da fronteira fosse integrada à economia da pecuária, criando um modelo em que os proprietários de terra exerciam funções militares e políticas simultaneamente (Leitman, 1979). Esse modelo aproximava o Brasil de outros contextos de formação estatal em regiões de fronteira, como nos Estados Unidos ou nas possessões fronteiriças da Rússia czarista, onde a presença do Estado era mediada por elites locais militarizadas (Izecksohn, 2001; 2003)

A guerra e a militarização desempenhavam, portanto, um papel central na organização política da fronteira meridional. Como aponta John Keegan (1994), a guerra não é apenas um fenômeno militar, mas também um elemento cultural e social que molda a identidade das sociedades e a formação do poder político. No caso do Brasil, a contínua presença de conflitos na Bacia do Prata consolidou uma cultura militar própria no Rio Grande do Sul, na qual a habilidade de lutar e a posse de armas eram vistas como elementos centrais da autonomia política. Essa concepção está presente na análise de Nelson Werneck Sodré (1965), que descreve a sociedade sulina como altamente militarizada, com uma forte tradição de combate ligada ao pastoreio e à posse da terra. Como resultado, a lealdade da província ao governo imperial nunca foi absoluta: ao mesmo tempo em que o Rio Grande do Sul era um bastião estratégico do Império, também era um pólo de instabilidade, capaz de desafiar a autoridade central quando seus interesses fossem contrariados.



A fronteira meridional do Brasil no século XIX não apenas representava um espaço de delimitação política, mas também era um território dinâmico de negociação, conflito e criminalidade, onde os limites entre legalidade e ilegalidade eram frequentemente difusos. Conforme argumenta Mariana da Cunha Thompson Flores (2012), a presença de redes transfronteiriças de contrabando, fugas de escravizados e crimes relacionados ao roubo de gado transformava a região em um território de contestação constante, onde distintos atores sociais — desde autoridades imperiais até estancieiros e bandoleiros — manejavam a condição fronteira de acordo com seus interesses estratégicos. O estudo das práticas criminais na região revela que a fronteira era tanto um elemento de vulnerabilidade para o Estado quanto um recurso mobilizado pelos próprios indivíduos para escapar da jurisdição imperial. Essa dinâmica demonstra como o conceito de segurança na fronteira não pode ser compreendido apenas a partir da ótica do Estado, mas deve incluir as estratégias locais de sobrevivência e resistência, que moldaram a configuração do espaço platino ao longo do século XIX.

Como sugere Hobson & Lawson (2008, p. 423-425), as Relações Internacionais não podem ser analisadas apenas em termos de atores estatais e diplomacia formal, pois as dinâmicas internas dos Estados influenciam diretamente suas estratégias externas. O caso brasileiro exemplifica essa lógica: a ameaça da fronteira não era apenas uma questão externa, mas também uma ferramenta de negociação entre as elites regionais e o poder imperial.

Como aponta Coronato (2020), a fronteira meridional não era uma barreira rígida, mas sim um espaço de interação e conflito constante, onde o controle do território era disputado entre forças regulares, milícias e grupos autônomos que agiam em uma lógica própria, muitas vezes independente do governo imperial. Esse cenário se alinha com a análise de Buzan, Wæver & Wilde (1998), que argumentam que a segurança deve ser compreendida como um processo discursivo, no qual a construção da ameaça é utilizada como justificativa para ações políticas. No Brasil imperial, a retórica da insegurança na fronteira foi amplamente mobilizada pelas elites gaúchas para negociar maior autonomia e recursos com o poder central.

A política externa foi moldada por um discurso que transformava disputas territoriais e movimentos internos em ameaças à soberania imperial, especialmente com a construção da “ordem” e do surgimento do “tempo saquarema” (Carvalho, 2012, Mattos, 1987). Ao



classificar determinados eventos – como a presença militar estrangeira nas fronteiras meridionais ou revoltas internas – como questões de segurança, as elites imperiais legitimavam a adoção de medidas excepcionais, como a militarização das fronteiras e o fortalecimento da diplomacia para evitar ingerências externas. Esse processo revela que a construção das ameaças não era meramente reativa, mas uma ferramenta ativa de formulação da política externa.

A defesa territorial não se limitava ao combate direto contra potências estrangeiras; incluía também a manutenção da integridade política e econômica das províncias fronteiriças. Questões como a migração descontrolada, a lealdade de comunidades indígenas e as disputas comerciais com países vizinhos foram progressivamente inseridas na lógica da segurança, justificando uma ampliação das políticas estatais na região.

A ameaça fronteira era reforçada por dois fatores principais. Primeiro, a presença de forças estrangeiras e a incerteza gerada pelas disputas no Uruguai e na Argentina tornavam a região permanentemente instável. Como demonstram Moniz Bandeira (1995, p. 87-89) e Doratioto (2002, p. 176-177), o Império brasileiro oscilava entre uma política de pacificação dos vizinhos e intervenções militares diretas, sendo pressionado por setores da elite rio-grandense que viam no expansionismo uma forma de consolidar sua hegemonia local. Segundo, a própria formação da fronteira meridional criou um modelo híbrido de segurança militarizada e administração descentralizada, no qual os estancieiros e comandantes militares locais exerciam um papel fundamental na defesa do território, especialmente com a consolidação institucional durante a década de 1850 (Coronato, 2020).

A formação do Estado moderno está ligada à capacidade de mobilizar coerção e capital em contextos de guerra e instabilidade. A militarização da fronteira sul não seria então apenas uma resposta às ameaças externas, mas também um mecanismo interno de organização política e social. Dessa forma, a dinâmica entre o governo imperial e as elites gaúchas era marcada por um paradoxo. O Rio Grande do Sul era simultaneamente um bastião militar do Império e um foco de contestação política, o que tornava a gestão da segurança na fronteira um equilíbrio delicado entre cooperação e conflito. Como aponta Spencer Leitman (1979, p. 79-80), as autoridades imperiais muitas vezes dependiam das milícias locais e dos chefes regionais para garantir a estabilidade, mas, ao mesmo tempo, temiam o fortalecimento excessivo dessas lideranças, que poderiam desafiar o poder central.



A fronteira meridional do Império do Brasil representou assim, ao longo do século XIX, um espaço de tensão entre o governo central e as elites regionais, articulando-se como um eixo estratégico da política externa e da segurança nacional. Conforme apontado por Synesio Sampaio Goes Filho (2013), a disputa territorial com os vizinhos platinos não se limitava à definição de limites geográficos, mas envolvia conflitos militares, interesses econômicos e alianças políticas instáveis, que determinavam a dinâmica da região. O governo imperial, ao consolidar sua presença na fronteira, se deparava com a resistência e as demandas das elites locais, que viam o espaço fronteiriço tanto como uma ameaça quanto como uma oportunidade de projeção política e econômica.

Embora a construção da ameaça tenha sido um instrumento fundamental da política imperial, houve momentos em que essa foi minimizada de maneira estratégica. Segundo Wæver (2005), esse processo discursivo pode ocorrer quando uma questão previamente tratada como ameaça existencial é reintegrada à política ordinária. No Império do Brasil, isso pode ser observado nas negociações diplomáticas que visavam reduzir as tensões fronteiriças, transformando antigos conflitos em desafios políticos passíveis de resolução negociada. Tratados como o da Bacia do Prata foram passos concretos nesse processo, demonstrando que a diplomacia imperial não se limitava à construção de ameaças, mas também à sua reconfiguração quando necessário para garantir maior estabilidade regional. Através de tratados, negociações diplomáticas e intervenções diretas, o Império do Brasil não apenas resguardava seus interesses estratégicos, mas também legitimava sua autoridade sobre a província do Rio Grande do Sul, consolidando a fronteira como um elemento central na formação do Estado imperial brasileiro.

Dessa maneira, a segurança da fronteira meridional era simultaneamente um objetivo estratégico do governo imperial e um instrumento de barganha política para as elites locais. Como aponta Flores (2012), os estancieiros utilizavam a ameaça da insegurança para exigir concessões do governo central, incluindo isenções fiscais, benefícios para o comércio de gado e influência sobre a política externa na região platina. No caso do Brasil imperial, essa negociação muitas vezes resultava em um equilíbrio instável, no qual o governo do Rio de Janeiro precisava constantemente administrar os interesses conflitantes da aristocracia rural do Sul e os imperativos da diplomacia e defesa nacional.



A Fronteira e a configuração do poder militar no Brasil Imperial

A fronteira sul do Brasil imperial não era apenas um limite territorial, mas um espaço de disputa onde se sobreponham interesses políticos, econômicos e militares. Como apontam Tilly (1992), a coerção e a mobilização de recursos foram fundamentais para a consolidação do Estado moderno. No contexto do Brasil imperial, isso se manifestava na forma de um modelo híbrido de defesa, no qual o Exército regular, a Guarda Nacional e as forças milicianas locais desempenhavam papéis distintos, mas interdependentes. Essa estrutura complexa refletia a negociação entre o poder central e as elites provinciais, que utilizavam o discurso da segurança como meio de barganha política e econômica.

A fronteira meridional do Império do Brasil, além de ser um espaço de disputas militares e diplomáticas, foi também um laboratório político para a consolidação da soberania imperial, inserindo-se no contexto mais amplo da formação dos Estados na América Latina. Como demonstra José Carlos Chiaramonte (1997), a transição das antigas colônias ibero-americanas para Estados nacionais não foi um processo linear, mas sim um jogo de forças entre cidades, províncias e o poder central, no qual as fronteiras desempenharam um papel crucial.

No caso do Brasil, essa dinâmica foi especialmente visível no Rio Grande do Sul, onde a presença de elites agrárias poderosas, a proximidade com territórios instáveis no Prata e a recorrência de conflitos fronteiriços tornaram a região uma área de negociação constante entre o governo imperial e os interesses locais. Assim como na Argentina, onde as cidades portuárias tentavam estabelecer hegemonia sobre as províncias interioranas, o governo do Rio de Janeiro precisava equilibrar suas políticas para garantir a lealdade das lideranças gaúchas, que, por sua vez, utilizavam a narrativa da insegurança na fronteira para obter concessões políticas e econômicas.

Além disso, a fragmentação política do Prata e a indefinição dos limites territoriais entre Brasil, Argentina e Uruguai tornaram a fronteira meridional um espaço de competição entre diferentes projetos de soberania, onde a guerra e a diplomacia se entrelaçavam. Chiaramonte (1997) analisa como, na Argentina, as cidades e províncias lutavam para definir seus próprios modelos de governança, o que resultou em conflitos prolongados entre federalistas e unitários. Esse cenário de instabilidade também impactava diretamente o Brasil



imperial, que não podia se dar ao luxo de manter uma fronteira desorganizada em uma região estratégica para sua economia e segurança. Como consequência, o Império adotou uma política externa ativa na região, buscando garantir governos aliados no Uruguai e conter avanços argentinos que pudessem ameaçar a sua posição. No entanto, essa mesma estratégia levava o Brasil a constantes envolvimento militares no Prata, demonstrando como a segurança da fronteira era, na prática, inseparável das disputas geopolíticas regionais e da própria configuração do Estado imperial.

O argumento da instabilidade regional foi mobilizado tanto pelo governo central, que buscava legitimar sua influência na Bacia do Prata, quanto pelas elites rio-grandenses, que pressionavam por investimentos militares e incentivos econômicos. Leitman (1979) demonstra como as oligarquias sulinas se beneficiavam do *status* militarizado da província, garantindo vantagens comerciais e autonomia administrativa sob o pretexto de necessidade de defesa contra ameaças estrangeiras e insurreições internas.

Como apontam Luís Augusto Ebling Farinatti & Jonas Moreira Vargas (2014), as redes de compadrio e patronagem desempenhavam um papel estruturante na organização social e militar da província, garantindo apoio mútuo entre estancieiros, oficiais e a burocracia imperial. Esse tipo de organização social favorecia a manutenção de um modelo descentralizado de segurança, em que lideranças locais acumulavam poder por meio de alianças estratégicas e controle sobre tropas regionais.

A configuração da fronteira meridional do Império do Brasil não pode ser compreendida sem considerar a interdependência entre a elite agrária regional e as estruturas de poder imperial. A presença de grandes propriedades rurais, combinada com a instabilidade política no Prata, criou um modelo de governança em que as elites locais desempenhavam um papel central na gestão da segurança da região. Como apontam Farinatti (2007) e Bandeira (1995), a aristocracia rural do Rio Grande do Sul consolidou sua posição política e econômica por meio da administração da segurança local, muitas vezes instrumentalizando o discurso da ameaça externa para obter concessões do governo imperial. Essa relação reforça o argumento de que a fronteira não era apenas uma barreira geográfica, mas um espaço dinâmico de negociações políticas e de projeção de poder.

A análise das estratégias das famílias agrárias de Alegrete entre 1825 e 1865, realizada por Farinatti (2007), demonstra como os grandes proprietários de terras garantiam



sua influência por meio do controle de instituições militares e administrativas, como a Guarda Nacional e as milícias regionais. A inserção dessas elites na estrutura militar local não apenas assegurava seu poder sobre a província, mas também permitia negociar diretamente com o governo imperial. Como argumentam Doratioto (2002) e Leitman (1979), a lealdade dessas elites ao Império era condicional, dependendo da manutenção de privilégios econômicos e da autonomia na gestão da segurança local.

A ligação entre segurança e economia foi um dos principais fatores que consolidaram a importância estratégica da fronteira meridional. Como demonstrado por Farinatti (2007, p. 58-60), a economia pastoril da região não apenas sustentava a elite agrária, mas também desempenhava um papel fundamental na segurança do Império. A produção pecuária e a disponibilidade de cavalos tornavam o Rio Grande do Sul um centro logístico essencial para as forças militares brasileiras, garantindo que qualquer instabilidade na região tivesse impacto direto sobre a capacidade bélica do país. Esse fenômeno se encaixa na análise de Michael Mann (1986), que aponta que a formação do Estado moderno depende da interconexão entre o poder militar, econômico e político, sendo as elites locais frequentemente atores estratégicos na consolidação do poder estatal.

O discurso da ameaça permanente na fronteira era utilizado tanto pelo governo imperial quanto pelos estancieiros para justificar medidas excepcionais, como o envio de tropas, o aumento da autonomia das províncias e a ampliação da influência da aristocracia local sobre a administração pública. A partir dessa perspectiva, podemos interpretar a política imperial para a fronteira meridional não apenas como um esforço de defesa contra ameaças externas, mas também como um mecanismo de estabilização interna e de preservação da ordem social.

Dessa forma, a fronteira meridional funcionava como um eixo duplo de poder: de um lado, uma barreira estratégica contra ameaças internacionais e um ponto de projeção da política externa brasileira; de outro, um espaço de construção de alianças políticas entre o governo imperial e a elite agrária regional. Como aponta Farinatti (2007), a fronteira não era um território homogêneo, mas um mosaico de interesses distintos, onde a segurança dependia menos de uma estrutura centralizada e mais de uma rede de relações entre atores estatais e locais. Essa análise reforça a hipótese central deste estudo, segundo a qual a fronteira



meridional não era apenas um espaço de ameaça, mas também um elemento estratégico na consolidação da política externa e do próprio Estado imperial brasileiro.

Assim, a fronteira meridional do Brasil imperial deve ser compreendida não apenas como um espaço de ameaça externa, mas também como um palco de disputas internas pelo poder. A política externa brasileira na região não era apenas uma resposta às condições internacionais, mas também um reflexo das dinâmicas políticas e econômicas dentro do próprio Império. Essa análise reforça a hipótese central deste artigo: a fronteira não era apenas um limite a ser defendido, mas um elemento estratégico na construção do Estado e na definição da segurança imperial.

Essa dinâmica se alinha com a concepção de segurança proposta por Buzan & Wæver (2003), segundo a qual a estabilidade fronteiriça depende não apenas da força estatal central, mas da cooperação entre diferentes atores locais e nacionais. A instrumentalização dessas redes na defesa territorial demonstra como a fronteira sul não era apenas um espaço de ameaça externa, mas também um eixo fundamental para a legitimação do poder imperial no interior do Brasil.

A estrutura militar da região também reflete padrões de organização identificados por Michael Mann (1986) e Miguel Centeno (2002), que destacam como as forças armadas não apenas defendem o território, mas também constroem e consolidam o próprio Estado. A forte presença militar no Sul servia como instrumento de controle, garantindo a hegemonia imperial sobre elites potencialmente rebeldes. Esse fenômeno pode ser observado na forma como o Império do Brasil lidou com a Guerra Civil Riograndese (1835-1845): após derrotar a revolta, o governo central reforçou sua presença militar na região, ao mesmo tempo em que negociou anistias e benefícios para os líderes rebeldes, transformando o conflito em um mecanismo de incorporação e subordinação (Coronato, 2020).

A segurança da fronteira era, portanto, um elemento-chave para a organização do poder imperial, mas sua administração envolvia desafios internos. A presença contínua de forças militares e milicianas no Rio Grande do Sul criou uma cultura de combate permanente, na qual os estancieiros e suas redes de dependência estavam preparados para mobilizações militares. Como observa Sodré (1965), essa dinâmica dificultava qualquer tentativa de controle absoluto pelo governo central, tornando a província simultaneamente um bastião militar do Império e um foco potencial de insubordinação.



O conceito de ameaça na fronteira meridional deve, assim, ser analisado sob duas perspectivas: primeiro, como um risco estratégico real, dada a instabilidade política do Uruguai e Argentina e a presença de forças estrangeiras atuando na região (Bandeira, 1995); segundo, como uma construção discursiva instrumentalizada, que servia tanto para justificar ações expansionistas do Império quanto para reforçar a autonomia das elites locais. Como destaca Gideon Rose (1998), a segurança de um Estado não pode ser analisada isoladamente, pois ela é negociada dentro de um contexto regional e interno. A fronteira do Sul, portanto, não era apenas um problema externo a ser resolvido, mas um mecanismo de gestão do próprio poder imperial, no qual a ameaça desempenhava um papel estratégico na definição das relações entre província e metrópole.

A lógica imperial da segurança dizia então a respeito da percepção política das elites sobre a guerra e a defesa do território no contexto da Bacia do Prata. Nesse sentido, a obra de Renato Restier (2013) oferece importantes subsídios ao analisar como os debates parlamentares e as deliberações do Conselho de Estado configuraram uma sensibilidade ambivalente diante dos conflitos armados. O autor mostra que, no Império, a guerra era simultaneamente concebida como uma necessidade estratégica para garantir a integridade territorial e como uma ameaça aos ideais de civilidade e progresso que sustentavam o projeto político monárquico. Essa tensão atravessava as decisões sobre reaparelhamento da Marinha, investimentos em tecnologia militar e intervenções na região do Prata, refletindo a dificuldade em conciliar as exigências práticas da defesa com a manutenção de uma imagem de modernidade e estabilidade internacional.

Essa ambivalência entre guerra e civilidade reforça a ideia de que a construção discursiva da ameaça não era apenas uma resposta reativa a fatores externos, mas parte de uma estratégia interna de legitimação política. A percepção das fronteiras meridionais como espaços vulneráveis e instáveis não apenas justificava ações militares, mas também alimentava um discurso de identidade nacional em formação, no qual a defesa da soberania se associava à afirmação do próprio Estado imperial como ator civilizado no sistema internacional. Assim, o diálogo com a obra de Restier (2013) adensa a compreensão das práticas discursivas de segurança analisadas neste trabalho, ao situá-las em um ambiente político mais amplo, marcado pela negociação constante entre a necessidade da força e o ideal da ordem.



Por fim, a relação entre guerra, tecnologia e poder na fronteira meridional reforça a ideia de que a segurança era um processo dinâmico, moldado por fatores geopolíticos e interesses locais. Como aponta Mary Kaldor (1986), as instituições militares não são estáticas, mas evoluem conforme o contexto político e tecnológico. A introdução de novas armas e táticas, como o uso de cavalaria pesada e artilharia moderna, reconfigurou o equilíbrio de forças na Bacia do Prata, permitindo que o Brasil projetasse poder de maneira mais assertiva. No entanto, essas transformações não significavam necessariamente um controle mais eficaz sobre a fronteira, pois a militarização excessiva também gerava desafios administrativos e políticos, como a dificuldade de desmobilizar tropas após conflitos e a necessidade de lidar com lideranças militares que ganhavam poder local durante os períodos de guerra (Sodré, 1965).

Assim, a segurança na fronteira sul do Brasil imperial deve ser entendida como um processo de constante negociação entre ameaça real e ameaça construída, controle central e autonomia provincial, defesa externa e gestão interna do poder. Essa complexidade demonstra que a fronteira não era apenas um limite geográfico, mas um elemento ativo na estruturação do Estado e na formulação de sua política externa, sendo fundamental para a compreensão da dinâmica do Império na Bacia do Prata.

A Fronteira como elemento de Segurança

A fronteira meridional do Império do Brasil foi discursivamente construída como um espaço de ameaça e instabilidade. Essa construção justificou intervenções militares e diplomáticas, reforçando a necessidade de vigilância interna e controle sobre as elites regionais do sul. Segundo Buzan & Lawson (2015), as transformações do século XIX redefiniram a segurança internacional ao estabelecer um novo modo de poder, no qual a política externa era fundamental para a consolidação do Estado e sua posição no sistema internacional.

A política externa do Império do Brasil na fronteira meridional não pode ser compreendida isoladamente das dinâmicas internas do Estado e da configuração de poder regional na Bacia do Prata. A relação entre o governo imperial e as elites provinciais do Rio Grande do Sul determinava as estratégias adotadas para lidar com as constantes ameaças na região, refletindo tanto os desafios geopolíticos quanto às disputas internas por poder e



influência. Como apontam Doratioto (2002) e Bandeira (1995), a política externa brasileira oscilava entre a busca pela estabilidade regional e a necessidade de intervir diretamente nos conflitos platinos, especialmente quando os interesses estratégicos do Império estavam ameaçados.

A percepção da fronteira como um espaço de ameaça constante impulsionou a formulação de uma política externa reativa e intervencionista, na qual o Império do Brasil atuava como arbitrador das crises no Prata, mas com um olhar voltado para a contenção de instabilidades que poderiam afetar a própria estrutura interna do Estado. Esse processo se manifestou na forma de intervenções militares no Uruguai e no Paraguai, assim como no estabelecimento de uma rede de alianças com lideranças políticas na região. A política externa brasileira no Prata não era apenas uma reação a crises internacionais, mas também uma ferramenta de controle interno, garantindo que as províncias do Sul permanecessem alinhadas ao governo central (Coronato, 2020).

A intervenção do Brasil que desencadeou na Guerra do Paraguai (ou Tríplice Aliança) (1864-1870) exemplifica essa lógica. Embora o conflito seja frequentemente interpretado como um episódio de rivalidade interestatal, sua eclosão também refletiu pressões internas do próprio Império para afirmar sua presença na fronteira sul. Além disso, a guerra serviu para reforçar a autoridade do governo imperial sobre as forças militares provinciais, impondo uma hierarquia mais rígida dentro do Exército e limitando a autonomia dos estancieiros que controlavam milícias privadas.

Além do aspecto militar, a política externa do Império na fronteira meridional também envolvia uma complexa diplomacia de influência, baseada no apoio a facções políticas simpáticas ao Brasil dentro do Uruguai e Argentina. Essa estratégia se aproxima do que Kaldor (1986) denomina de "intervenções indiretas", nas quais grandes potências regionais evitam confrontos diretos e optam por sustentar conflitos internos em Estados vizinhos como forma de projetar poder. No contexto da Bacia do Prata, essa abordagem permitiu que o Brasil mantivesse sua hegemonia sem necessariamente ocupar territórios, garantindo que seus interesses econômicos e de segurança fossem preservados sem os custos diretos de uma anexação.

A diplomacia da fronteira meridional também envolvia o uso de tratados e negociações internacionais para definir esferas de influência. A estabilização das fronteiras



do Sul passava pela necessidade de estabelecer acordos bilaterais com Buenos Aires e Montevideú, delimitando áreas de influência e prevenindo futuras disputas territoriais. No entanto, esses acordos raramente eram definitivos, pois a política do Prata era marcada por ciclos de instabilidade e reorganização das alianças. Esse caráter fluido e dinâmico da diplomacia imperial reflete o modelo descrito por Hobson & Lawson (2008, p. 428-430), que argumentam que a História das Relações Internacionais deve ser analisada como um processo de negociações contínuas, e não como uma estrutura fixa de Estados com fronteiras claramente definidas.

As Falas do Trono revelam como a questão da fronteira meridional era constantemente tratada pelo governo imperial como um eixo central de segurança e política externa, sendo mobilizada para justificar intervenções militares e negociações diplomáticas no Prata. A partir das declarações de D. Pedro II, percebe-se uma narrativa consistente de ameaça, em que a estabilidade regional era diretamente associada à necessidade de ações imperiais na Bacia do Prata. Em 1850 e 1851, por exemplo, em meio à crise com o governador Rosas e Oribe⁴, a Fala do Trono expressava a preocupação com a instabilidade uruguaia e argentina, mencionando que as perturbações nos Estados vizinhos impunham ao Império a necessidade de precaver-se, garantindo a integridade de suas fronteiras e a tranquilidade de suas províncias meridionais. (Falas do Trono, 2019, p. 350-360) Esse discurso foi fortalecido na Fala de 1852, após a derrota de Rosas na Argentina, quando o Imperador reafirmou a importância da intervenção brasileira, afirmando que a paz na região platina só poderá ser assegurada por uma vigilância constante e por alianças estratégicas que garantam os interesses do Brasil.

A Guerra do Paraguai (1864-1870) também foi amplamente justificada com base na retórica da ameaça e da defesa da soberania nacional. A Fala do Trono de 1865 apresentou a invasão paraguaia como uma afronta ao direito das nações e um risco direto à estabilidade da província do Rio Grande do Sul, reiterando que o Brasil não poderia tolerar agressões que comprometessem a segurança de seus cidadãos e o respeito devido às suas fronteiras (Falas do Trono, 2019, p. 467-473). Esse discurso reforçava a imagem do Império como protetor da

⁴ Manuel Oribe e Juan Manuel de Rosas foram líderes políticos e militares que desempenharam papéis centrais na política do Prata no século XIX. Oribe, presidente do Uruguai (1835-1838), foi aliado de Rosas, governador de Buenos Aires, e ambos se opuseram ao intervencionismo brasileiro na região, culminando na intervenção do Império do Brasil na Guerra Grande (1839-1851) para derrubar Oribe e enfraquecer Rosas.



ordem regional, legitimando o esforço de guerra e ampliando o apoio da elite política e militar ao conflito. A segurança da fronteira, assim, não era apenas uma preocupação territorial, mas um elemento discursivo essencial na construção da identidade e da legitimidade do Estado imperial.

Além da política externa, as Falas do Trono também indicam a importância da fronteira meridional na governabilidade interna, especialmente na relação entre o governo central e as elites regionais do Rio Grande do Sul. Em 1872, por exemplo, o Imperador enfatizou que a fidelidade e o patriotismo dos súditos da província de São Pedro do Rio Grande do Sul seriam indispensáveis para a manutenção da integridade do Império, demonstrando como a segurança da fronteira era um instrumento de negociação entre a monarquia e as oligarquias locais (Falas do Trono, 2019, p. 526-532). Dessa forma, as Falas do Trono evidenciam que a fronteira sul do Brasil no século XIX não era apenas um espaço de defesa, mas também um palco de construção do poder imperial, onde as ameaças externas eram constantemente mobilizadas para fortalecer o controle estatal e justificar a expansão da influência brasileira na Bacia do Prata.

Outra fonte discursiva importante, os Relatórios da Repartição dos Negócios Estrangeiros (RRNE) apresentam de maneira estruturada uma retórica em torno da necessidade de defesa das fronteiras do Império e da estabilidade da Bacia do Prata, alinhando-se diretamente às diretrizes expressas nas Falas do Trono. A linguagem dos relatórios enfatiza a fronteira meridional como um espaço de instabilidade permanente, reforçando a ideia de que as movimentações políticas no Uruguai, Argentina e Paraguai poderiam comprometer a integridade territorial do Brasil. Essa preocupação se manifesta na recorrente associação entre conflitos no Prata e ameaças à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, justificando uma presença diplomática e militar ativa na região. Em relatório de 1851, o Ministro dos Negócios Estrangeiros destaca que “[...] o governo do Império não pode ignorar as agitações políticas no Estado Oriental e seus efeitos sobre os súditos brasileiros, exigindo vigilância e pronta resposta a qualquer afronta à nossa soberania” (RRNE, 1851, p. 3).

Nos relatórios analisados, percebe-se a mobilização constante da retórica da ameaça, um discurso similar ao das Falas do Trono, no qual o governo imperial argumentava que as tensões regionais exigiam ações preventivas do Brasil. Expressões como “necessidade de



assegurar os interesses do Império”, “proteção dos súditos brasileiros nas províncias platinas” e “medidas urgentes para evitar a desordem na fronteira” demonstram como a diplomacia brasileira se valia de um discurso securitário para justificar interferências nos países vizinhos. (RRNE)

Esse tipo de narrativa está presente nos documentos que tratam da intervenção no Uruguai em 1851, onde o governo brasileiro legitima sua participação militar alegando que “[...] a instabilidade no Estado Oriental comprometia a segurança da província do Rio Grande do Sul” e que, portanto, a presença do Brasil era “indispensável para restaurar a ordem” (RRNE, 1851, p. 5). Aqui, há um alinhamento com a Fala do Trono de 1851, na qual D. Pedro II declara que “[...] não se pode permitir que um governo hostil estabeleça-se à vista de nossas fronteiras” (Falas do Trono, 13 de setembro de 1851), reforçando o uso do discurso da ameaça externa como justificativa para a política expansionista do Império.

Além de sua dimensão diplomática, os relatórios também refletem a disputa interna entre o governo imperial e as elites provinciais do Rio Grande do Sul. Em diversos trechos, nota-se a ênfase na importância da colaboração dos proprietários e comandantes militares locais para a segurança da fronteira, reconhecendo que a estabilidade da região dependia da articulação entre as forças do Exército e as milícias regionais. Em relatório de 1863, é possível perceber a preocupação com a autonomia das elites locais, quando se afirma que “[...] a lealdade dos comandantes e cidadãos da província tem sido essencial para a contenção de desordens, sendo necessário reconhecer seus esforços e garantir-lhes os recursos adequados para a manutenção da defesa” (RRNE, 1863, p. 8).

Essa relação, no entanto, era marcada por tensões. Enquanto os documentos oficiais reforçam o compromisso do governo imperial com a defesa da fronteira, há indícios de pressões das lideranças rio-grandenses para maior autonomia nas questões de segurança e política externa. Essa dinâmica fica evidente na maneira como os relatórios apresentam pedidos de recursos adicionais para a defesa da província e sugerem a necessidade de maior participação das autoridades locais nas decisões militares e diplomáticas, como expresso em 1865: “É imperativo que a província de São Pedro do Rio Grande do Sul disponha dos meios necessários para manter sua defesa, cabendo ao governo imperial atender a essas demandas com a devida urgência” (RRNE, 1865, p. 11).



Outro aspecto notável nos RRNE é a tentativa de construir uma imagem do Brasil como protetor da ordem regional e garantidor da soberania nacional. O discurso diplomático dos relatórios reflete uma visão de que o Império não apenas reagia às crises no Prata, mas assumia um papel ativo na condução dos eventos. Em 1866, no contexto da Guerra do Paraguai, o relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros afirma que “[...] as agressões do governo paraguaio não deixam alternativa ao Império, senão o dever de restaurar a paz e a justiça na região, garantindo a segurança de suas fronteiras e o respeito às leis internacionais” (RRNE, 1866, p. 14). Esse discurso se assemelha ao utilizado nas Falas do Trono da década de 1860, em que o Império reforça sua posição como ator indispensável na política sul-americana, especialmente na condução da Guerra do Paraguai.

Os relatórios apresentam uma clara articulação entre diplomacia e segurança internacional, na qual a narrativa imperial enfatizava o risco de desordens políticas e insurgências nos países vizinhos como ameaças diretas à integridade do Brasil. O discurso diplomático buscava então legitimar o papel do Brasil como garantidor da ordem regional, reforçando sua presença política no Paraguai e prevenindo a ascensão de governos considerados hostis ou instáveis.

Além das disputas externas, os relatórios da Repartição dos Negócios Estrangeiros também registram a preocupação com os reflexos internos das tensões no Prata. A instabilidade nas regiões vizinhas impactava diretamente a segurança da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, levando o governo imperial a adotar medidas de contenção contra possíveis movimentos rebeldes. O governo brasileiro temia que as insurgências no Uruguai pudessem incentivar revoltas internas, especialmente entre as elites militares e políticas da região. Por isso, além da vigilância, o Império adotou uma política de neutralidade forçada, proibindo qualquer envolvimento direto de cidadãos brasileiros nos conflitos vizinhos (RRNE, 1873).

A análise dos Relatórios da Repartição dos Negócios Estrangeiros evidencia como a fronteira sul do Brasil foi um eixo central da política externa imperial, estruturada em torno de uma narrativa de segurança e defesa territorial. Os documentos demonstram que o Império mobilizava o discurso da proteção da soberania nacional para justificar sua presença política e militar na Bacia do Prata, garantindo que sua posição como potência regional permanecesse inquestionável.



Ao longo da década de 1870, o Brasil consolidou sua influência no Paraguai e buscou conter as pretensões expansionistas da Argentina, utilizando a diplomacia como ferramenta de controle estratégico. Paralelamente, a construção dos discursos de ameaça da fronteira meridional reforçou a necessidade de vigilância e disciplina interna, garantindo que os movimentos políticos na região platina não desestabilizassem o domínio imperial sobre o Rio Grande do Sul. Dessa forma, a política externa imperial combinava práticas de diplomacia coercitiva, vigilância estratégica e alianças flexíveis, ancoradas no argumento da preservação da ordem e da estabilidade regional, uma retórica típica dos Estados que buscam legitimar suas ações em nome da segurança nacional.

Essa pode então ser compreendida como um mecanismo duplo de segurança e projeção de poder, no qual o governo imperial buscava equilibrar três fatores principais: a estabilidade regional, a coesão interna do Estado e a hegemonia brasileira no Prata. Essa abordagem reforça a hipótese central deste estudo, segundo a qual a fronteira não era apenas um espaço de ameaça, mas um elemento estratégico na formulação da política externa imperial, estruturando as relações do Brasil com seus vizinhos e consolidando o modelo de governança centralizada que caracterizou o Segundo Reinado.

Considerações Finais

A interseção entre Segurança Internacional e História das Relações Internacionais apresenta desafios metodológicos e conceituais, especialmente quando aplicada a um contexto histórico como o do Império do Brasil. A transposição dos conceitos de segurança, ameaça e ordem para o século XIX exige cautela para evitar anacronismos e simplificações, uma vez que esses termos possuem significados situados historicamente e variam de acordo com o desenvolvimento do Estado e das instituições. Este artigo adotou uma abordagem exploratória, combinando análise documental e revisão bibliográfica para examinar a sua construção na fronteira meridional do Império. No entanto, a aplicação de categorias oriundas dos Estudos de Segurança Internacional a eventos históricos demanda um esforço de contextualização rigoroso, uma vez que as percepções de insegurança e os discursos políticos da época operavam dentro de lógicas específicas, nem sempre compatíveis com as formulações teóricas contemporâneas.



Assim, a principal contribuição deste debate reside na própria problematização dos discursos de segurança do governo imperial, evidenciando como a retórica da ameaça foi um elemento central da política externa brasileira no século XIX e serviu tanto à manutenção do poder central quanto à articulação de interesses regionais. Ao mesmo tempo, os desafios inerentes a essa abordagem demonstram a necessidade de aprofundamento futuro na análise das relações entre segurança, discurso e poder ao longo do tempo, explorando como diferentes agentes produziram e instrumentalizaram noções de ameaça em diferentes conjunturas históricas.

Sob essa perspectiva, a fronteira meridional do Império do Brasil foi um espaço de disputas, onde se entrelaçavam questões de segurança, soberania e poder. Desde os primeiros conflitos com os vizinhos platinos até a consolidação da influência brasileira na região, a presença imperial no sul foi constantemente justificada por uma narrativa de ameaça e instabilidade. Ao longo do século XIX, o governo imperial construiu um discurso no qual as turbulências políticas no Uruguai, na Argentina e no Paraguai eram apresentadas como riscos diretos à integridade do território brasileiro, exigindo intervenções militares e diplomáticas. Esse processo não apenas sustentou a política externa do Império, mas também teve reflexos internos, influenciando a relação entre o governo central e as elites provinciais do Rio Grande do Sul.

A formulação da política externa brasileira esteve, portanto, diretamente ligada à construção discursiva da ameaça. A análise dos documentos oficiais revelou como a fronteira meridional foi tratada não apenas como um espaço de defesa contra possíveis agressões externas, mas também como um elemento de coesão interna. A argumentação da necessidade de preservar a segurança territorial foi constantemente mobilizada para justificar decisões estratégicas que, por sua vez, garantiam a presença imperial no Prata e asseguravam uma relação controlada com as elites regionais. Dessa forma, a questão da segurança na fronteira não pode ser analisada apenas do ponto de vista militar ou diplomático, mas deve ser compreendida como parte de um processo mais amplo de construção do poder imperial, onde discursos políticos desempenharam um papel central na definição das ações estatais.

Ao longo do século XIX, a fronteira sul do Brasil também se configurou como um território de negociação entre o governo imperial e os grupos locais, especialmente as elites estancieiras e militares da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. O caráter



militarizado da sociedade rio-grandense, aliado ao envolvimento da província nos conflitos platinos, fez com que a segurança da região não dependesse apenas das ações do governo central, mas também da cooptação e do envolvimento direto desses grupos locais na estrutura de defesa. O uso de forças locais para garantir a ordem e responder às crises externas tornou-se um dos principais instrumentos de controle do Império sobre a região, ao mesmo tempo em que fortalecia lideranças regionais que, em certos momentos, reivindicavam maior autonomia política e econômica.

Dessa forma, o estudo da fronteira meridional no século XIX permite compreender como as relações internacionais, a segurança e a política interna estavam profundamente interligadas no Brasil imperial. A instrumentalização da ameaça não apenas legitimou intervenções externas e o fortalecimento da presença militar na região, mas também serviu como um mecanismo de estabilização do poder imperial, garantindo que as elites locais permanecessem vinculadas à lógica do Estado monárquico. Assim, a fronteira deixou de ser apenas um limite territorial para se tornar um espaço de constante negociação e reconfiguração do poder, demonstrando que a segurança, no Império do Brasil, foi construída tanto pelo uso da força quanto pela linguagem política.

Fontes

Relatórios da Repartição dos Negócios Estrangeiros e Anexos (1828-1888). Disponível em: <http://ddsnxt.crl.edu/titles/105>. Acesso em: 12 jan. 2025.

Referências

Bandeira, Moniz. **O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança.** 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de Brasília, 1995.

Barth, Fredrik; Streiff-Fernart, Jocelyne; Poutignat, Philippe. **Teorias da etnicidade.** Unesp, 1997.

Bethell, Leslie. **Brazil: Empire and Republic 1822-1930.** Cambridge: **Cambridge University Press**, 1995.

Buzan, Barry. **A evolução dos estudos de segurança internacional.** Tradução Flávio Lira. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.



Daniel Rei Coronato

A Fronteira Meridional do Império do Brasil:

Segurança, Ameaça e Política Externa no Século XIX (1850-1889)

Buzan, Barry; Lawson, George. **The Global Transformation: History, Modernity and the Making of International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

Buzan, Barry & Wæver, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

Buzan, Barry; Wæver, Ole; De Wilde, Jaap. **Security: A New Framework for Analysis**. Boulder: Lynne Rienner, 1998.

Carvalho, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

Cervo, Amado Luiz. **Relações internacionais da América Latina: velhos e novos desafios**. Brasília: IBRI, 2008.

Centeno, Miguel. *Blood and Debt: War and the Nation-State in Latin America*. Pennsylvania State University Press, 2002.

Chiaramonte, José Carlos. La formación de los Estados nacionales en Iberoamérica. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”**, terceira série, n. 15, 1º semestre de 1997.

Coronato, Daniel Rei. **Diplomatas & Estancieiros: A construção nacional brasileira e a busca do equilíbrio de poder no Prata**. Belo Horizonte: Editora Convexa, 2020.

Costa, Wilma Peres. **A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império**. São Paulo: Hucitec, 1996.

Doratioto, Francisco. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Dolhnikoff, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil**. São Paulo: Globo Livros, 2012.

Dosse, François. **La marcha de las ideas: historia de los intelectuales, historia intelectual**. Universitat de Valencia, 2007.

Falas do Trono. Falas do trono desde o ano de 1823 até o ano de 1889: acompanhadas dos respectivos votos de graça da Câmara Temporária : é [sic] de diferentes informações e esclarecimentos sobre todas as sessões extraordinárias, adiamentos, dissoluções, sessões secretas e fusões, com um quadro das épocas e motivos que deram lugar a reunião das duas Câmaras e competente histórico / coligidas na Secretaria da Câmara dos Deputados. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.

Ferreira, Gabriela Nunes. **O Rio da Prata e a Consolidação do Estado Imperial**. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.



Farinatti, Luís Augusto Ebling. **Confins meridionais:** famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825–1865). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

Farinatti, Luís Augusto Ebling; Vargas, Jonas Moreira. Elites regionais, redes de compadrio e guerra no Rio Grande do Sul (c. 1835-1870). **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 15, n. 29, 2014, p. 389-415.

Flores, Mariana F. da C. T. **Crimes de Fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil**. Porto Alegre: PUCRS, 2012.

Goes Filho, Synesio Sampaio. **As fronteiras do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013.

Hobson, John M.; Lawson, George. What is history in International Relations? **Millennium: Journal of International Studies**, v. 37, n. 2, 2008, p. 415–435.

Izecksohn, Vitor. Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai: Brasil e Estados Unidos na década de 1860. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 27, 2001, p. 84-109.

Izecksohn, Vitor. Escravidão, federalismo e democracia: a luta pelo controle do Estado nacional norte-americano antes da Secessão. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 4, 2003, p. 47-81.

Kaldor, Mary. **El Arsenal Barroco**. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1986.

Keegan, John. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Koselleck, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

Lake, David; Morgan, Patrick. **Regional Orders: Building Security in a New World**. In: Lake, David; Morgan, Patrick (Orgs.). University Park: Pennsylvania State University Press, 1997.

Lawson, George. The Eternal Divide? History and International Relations. **European Journal of International Relations**, v. 18, n. 2, 2012, p. 203–226.

Leitman, Spencer. **Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

Maestri, Mário. **O escravismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

Mann, Michael. **The Sources of Social Power**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.



Daniel Rei Coronato

A Fronteira Meridional do Império do Brasil:

Segurança, Ameaça e Política Externa no Século XIX (1850-1889)

Mattos, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec, 1987.

RESTIER, Renato. **Antítese da Civilidade: Poder Naval, Pensamento Político e Guerra no Segundo Reinado (1850-1876)**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

Rose, Gideon. Neoclassical realism and theories of foreign policy. **World Politics**, v. 51, n. 1, 1998, p. 144-172.

Saint-Pierre, Hector Luis. **Segurança Internacional: O Mito e a Realidade do Conceito**. São Paulo: UNESP, 2010.

Saint-Pierre, Héctor Luis. Defesa ou segurança?: reflexões em torno de conceitos e ideologias. **Contexto Internacional**, v. 33, 2011, p. 407-433.

Sodré, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

Tilly, Charles. **Coercion, Capital, and European States, AD 990–1990**. Cambridge: Blackwell, 1992.

Tilly, Charles. **Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons**. New York: Russell Sage Foundation, 1985.

Vianna, Hélio. **História do Brasil: período colonial, monárquico e republicano**. São Paulo: Melhoramentos, 2006.

Wæver, Ole; Estrada, Rodrigo Duque; De Mattos, Fernando Preusser. Securitização e Dessecuritização. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 4, n. 8, 2015, p. 237-275.

Submetido em: 12 de fevereiro de 2025

Avaliado em: 12 de abril de 2025

Aceito em: 28 de abril de 2025